

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 7, Número 1, Maio de 2018

O lado obscuro da globalização

Oliver Bullough

Lavando dinheiro e

limpando reputações

Alexander Cooley, John Heathershaw e J.C. Sharman

Um réquiem para os partidos?

Sistema partidário no Brasil, daqui para o futuro

Bruno P. W. Reis

Da libertação à desordem: redes sociais e democracia

*Joshua A. Tucker, Yannis Theocharis, Margaret E. Roberts e
Pablo Barberá*

A corrosão das normas e a desconsolidação democrática

Paul Howe

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Otávio Dias

Apresentação

Os cinco artigos desta edição se aprofundam em temas que estão inter-relacionados: corrupção em escala internacional, desgaste dos partidos políticos, erosão de valores democráticos e redes sociais como novo campo de batalha política. O fio nem sempre visível que conecta essas questões são mudanças tecnológicas e sociais disruptivas que colocam em xeque, para bem ou para mal, padrões econômicos, culturais e políticos predominantes na segunda metade do século 20.

Os temas abordados se referem, portanto, a aspectos de um mundo em profunda mudança, do qual o Brasil faz parte. Um mundo com perguntas desafiantes: como dar combate eficaz à lavagem internacional de ativos, revitalizar a democracia e os valores a ela associados, transformar as redes sociais em um espaço de exercício da cultura cívica, etc. Os artigos aqui reunidos não oferecem todas as respostas, é claro, mas contribuem para o entendimento desses desafios, que interpelam governos, empresas, imprensa, partidos, organizações civis e cidadãos em todas as sociedades que são ou pretendem ser democráticas.

Cleptocracia e finanças ‘offshore’

No artigo de abertura, o jornalista britânico Oliver Bullough, que viveu e trabalhou vários anos na Rússia e se especializou no tema da corrupção, defende a ideia de que a “essência da cleptocracia é que ela é globalizada, pois não está confinada por fronteiras nacionais.”

Bullough explica como, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, bancos da City de Londres encontraram uma brecha no acordo de Bretton Woods (1944), que regulou o sistema financeiro internacional no pós-guerra, e começaram a realizar transações (financeiras) apelidadas de “offshore”. Com os novos canais financeiros abertos pelas transações *offshore*, que incluem empresas de fachada, trusts,

fundações e sociedades limitadas em paraísos fiscais, “os limites do possível (para políticos corruptos, criminosos em geral, sonegadores de impostos e até mesmo refugiados endinheirados) se expandiram radicalmente”.

“Foi isso que alavancou e nos trouxe o lado obscuro da globalização: a cleptocracia”, conclui o autor, para quem o “mundo nunca será capaz de eliminar a corrupção, mas combater a cleptocracia é urgente e possível”. No final do texto, o autor propõe uma campanha global para coordenar as respostas de diferentes países e garantir que novas regulações acabem com as brechas legais existentes.

‘Sociedade incivil transnacional’

O segundo artigo, assinado por três acadêmicos dos EUA e da Europa, mostra como cleptocratas utilizam agentes (banqueiros, corretores imobiliários, advogados, gestores de ativos e relações públicas), serviços e instituições da globalização (ONGs e até mesmo universidades) não apenas para assegurar seu patrimônio de origem ilícita como também para limpar suas reputações.

“Movimentar e investir o dinheiro de maneira transnacional é o primeiro mandamento do cleptocrata moderno, mas limpar a reputação também é importante. Por isso, eles promovem agressivas campanhas de relações públicas e se valem até mesmo do apoio a atividades filantrópicas para vender uma imagem de cidadãos globais engajados”, escrevem. Segundo os autores, esses esforços deram origem a uma “sociedade incivil transnacional”. “Infelizmente, no atual momento o equilíbrio global entre a sociedade civil transnacional e sua contraparte mais sombria parece pender para esta última”, dizem.

E, apesar de uma série de tratados e acordos internacionais de combate à corrupção transnacional ter entrado em vigor nas últimas décadas, apenas recentemente analistas começaram a se dar conta da geografia global da lavagem de dinheiro. Estimativas do total de riqueza

depositada em empresas “offshore” chegam a 8% do PIB global. Em 2016, a divulgação dos *Panama Papers* revelou a escala industrial do uso de empresas “offshore” de fachada e a complexidade de suas estruturas e redes. O mercado de imóveis de luxo é outra forma de investir dinheiro ilícito ou de origem duvidosa.

“Fechar as brechas do regime global de combate à lavagem de dinheiro exigirá que países do mundo inteiro criem registros nacionais de beneficiários e proprietários de empresas, com o objetivo de criar um banco de dados global que possa ser facilmente consultado”, concluem os professores.

Partidos obsoletos: ambiente propício à corrupção

No terceiro artigo, o cientista político brasileiro Bruno Reis P. W. Reis (Universidade Federal de Minas Gerais) constata que a identificação do eleitorado com os partidos políticos está em queda no mundo todo, devido a fenômenos como a impotência dos governos nacionais diante da globalização e das mudanças tecnológicas, o crescente ativismo virtual e, em países como o Brasil, os recorrentes escândalos de corrupção.

Mas, segundo o autor, mesmo que os partidos estejam se tornando obsoletos, isto não significa que a democracia funcione melhor sem eles. Na verdade, argumenta, seu enfraquecimento pode tornar o ambiente político ainda mais propício à corrupção. “Como o noticiário sobre corrupção, mundo afora, invariavelmente implica fortemente as estruturas dos principais partidos, hoje largas fatias de opinião se inclinam (e não apenas no Brasil) a se livrarem deles”, escreve.

“Nada é tão simples, porém. Na falta de partidos fortes, a influência econômica se dá de maneira muito mais desimpedida mediante ação direta de interesses econômicos junto às esferas decisórias burocráticas. Sem partidos, ou com partidos fracos, fica bem mais barato comprar decisões políticas”, continua.

Para o autor, o desafio reside em criar um sistema minimamente eficaz para proteger a representação política contra o assédio do poder econômico (e vice-versa). No decorrer do texto, Reis manifesta dúvida em relação a propostas supostamente inovadoras como candidaturas avulsas e critica a desqualificação mútua entre PT e PSDB, ambos protagonistas do que ele chama de “mais estável e produtivo período da história política do Brasil”. “Acima de tudo, (ela) não ajuda PT e PSDB a exercerem seu papel institucional. Ambos os partidos têm o direito de cultivarem e até de exacerbarem suas diferenças ao sabor de suas disputas. Mas serviriam melhor ao país se parassem de se referir um ao outro como o bando de criminosos que ambos sabem que o outro não é”, conclui.

Redes sociais: tecnologia libertadora e ameaça à democracia

No quarto artigo, quatro professores e pesquisadores norte-americanos e europeus analisam como as redes sociais podem ser, ao mesmo tempo, uma tecnologia libertadora em sociedades não (ou menos) democráticas, uma tecnologia útil a governos autoritários determinados a calar seus críticos e uma tecnologia que empodera aqueles que buscam enfrentar o status quo em sociedades democráticas — incluindo grupos extremistas que antes tinham mais dificuldade em se fazer ouvir.

Segundo os autores, a resposta ao desafio de como (e se) governos de países democráticos deveriam monitorar ou regulamentar as plataformas de redes sociais é ainda mais difícil quando elas são usadas por grupos de cidadãos descontentes para empreender ações voltadas ao enfraquecimento da democracia e das normas democráticas.

“Tal como essas (novas) tecnologias criaram problemas para regimes autocráticos, o sucesso das redes sociais alimentou a instabilidade política nas democracias. (O virtual) tornou-se um espaço de todos, e um campo de batalha política inteiramente novo surgiu”, dizem.

“Deveriam (ou conseguiriam) os governos democráticos fazer algo a respeito disso e, se sim, o quê? Regulamentar a liberdade expressão online? Tentativas nesse sentido aumentam ou diminuem o apoio a normas democráticas?”, perguntam.

Mal-estar social e sentimento antidemocrático

No artigo que encerra esta edição, o cientista político canadense Paul Howe parte de outro artigo já publicado pelo *Journal of Democracy em Português* (“A desconexão democrática”, de Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk, Volume 5, nº 2, Outubro de 2016) para desenvolver sua visão sobre as possíveis razões da ascensão de um sentimento antidemocrático em alguns países do mundo, inclusive nos Estados Unidos.

“Foa e Mounk parecem partir da premissa de que estamos assistindo aos efeitos do descontentamento generalizado com a operação do sistema democrático, incluindo os principais partidos políticos, legislaturas, presidentes, primeiros ministros (...) Enquanto isso, os partidos populistas prometem ações decisivas em favor do interesse das pessoas. Resumindo: melhorem a maneira pela qual a democracia funciona, e a confiança no sistema se restabelecerá. Mas essa visão é incorreta, ou no mínimo incompleta”, diz Howe.

Segundo ele, dados da *World Values Survey* (pesquisa sobre valores mundiais, em tradução livre) coletados nos EUA sugerem que (esse fenômeno) tem menos a ver com disfunções na arena política do que com mudanças corrosivas que redefiniram o panorama sociocultural norte-americano de maneira mais geral. Para o cientista político, nas últimas décadas testemunhou-se nos EUA uma transformação social e cultural de natureza geracional com origem em uma erosão de normas e valores básicos que conectam pessoas à sociedade e ao bem comum.

“O desafio, portanto, não é apenas trazer as pessoas de volta para a política democrática, mas trazê-las de volta para o contrato social —

para um sentimento de que elas pertencem a uma sociedade na qual princípios básicos essenciais para se viver em sociedade deveriam ser respeitados e celebrados”, afirma o canadense.

São, de fato, grandes desafios diante de todas as sociedades.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

A ascensão da cleptocracia

O LADO OBSCURO DA GLOBALIZAÇÃO

Oliver Bullough

Oliver Bullough é jornalista e autor de *The Last Man in Russia: The Struggle to Save a Dying Nation* [O último homem na Rússia: a luta para salvar uma nação moribunda] (2013). Seu livro *Moneyland: Exploring the Secret Country of the Very Rich* [Moneyland: explorando o país secreto dos muito ricos] deve ser lançado em 2018.

A primeira ocorrência em língua inglesa da palavra “cleptocracia” de que se tem notícia foi em dezembro de 1819, em um ensaio chamado “Thieves, Ancient and Modern” [Ladrões, antigos e modernos]. O autor, Leigh Hunt, era um radical, um dândi e amigo de muitos dos poetas da época, um personagem que mais tarde seria impiedosamente caricaturado (como o parasítico esteta Harold Skimpole) por Charles Dickens em *A Casa Soturna*. O ensaio de 1819 é abrangente e extenso; inclui uma seção sobre o crime organizado na Espanha que ele descreve como “a cleptocracia espanhola”.¹ O jornal de Hunt, chamado de *Indicator* [indicador], circulava entre as classes educadas da Inglaterra, e leitores da época naturalmente teriam entendido as raízes gregas da palavra — “ladrão” combinado com “poder” (ou “governo”). Sendo assim, ele não se deu ao trabalho de explicar exatamente o que queria dizer com isso.

* Publicado originalmente como “The Rise of Kleptocracy: The Dark Side of Globalization”, *Journal of Democracy*, Volume 29, Número 1, Janeiro de 2018. © 2018 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

Hunt continuou sendo bastante lido durante boa parte do século 19, e sua palavra reaparecia ocasionalmente nas décadas seguintes. Em 1857, um autor anônimo na revista *Blackwood's Edinburgh Magazine* usou-a para descrever “milhares de ladrões condenados à solta” na Inglaterra.² Duas décadas mais tarde, o major-general Sir Frederic Goldsmid descreveu parte da Ásia Central como a “cleptocracia dos turcomanos”.³ A partir dessas e de outras ocorrências, parece claro que a palavra era entendida como descrevendo qualquer organização de criminosos predatórios. Um equivalente moderno seriam talvez as redes de sequestradores que operavam à margem da lei na Chechênia nos anos 1990.

Obviamente, portanto, Leigh Hunt e seus imitadores não usaram a palavra cleptocracia da mesma maneira como fazemos hoje. Quando cunhou o termo, não tinha nenhuma das conotações de “patente corrupção no alto escalão” que os autores do século 20 têm em mente quando chamam de cleptocracia lugares como a Guiné Equatorial ou o Uzbequistão. De fato, autores contemporâneos nunca usam “cleptocracia” no sentido que Hunt e Goldsmid o fizeram, embora essa definição persista no *Oxford English Dictionary*. Nós provavelmente descreveríamos aquela cleptocracia como máfia, e seus cleptocratas como bandidos.

O crédito pelo significado moderno de cleptocracia é de Stanislav Andreski, um polonês que enfrentou a invasão alemã em 1939 e foi feito prisioneiro por tropas soviéticas quando sua terra natal foi invadida pelo Leste. Ele conseguiu escapar do destino de seus superiores poloneses, assassinados em massa em 1940 pelo governo de Stalin em Katyn, ao fugir de seus captores para uma floresta, e atravessou a Europa até a França até alcançar o exército polonês exilado na Inglaterra. Após a guerra, tornou-se um acadêmico e trabalhou na África do Sul, no Chile e na Nigéria. Em 1964, fundou o departamento de Sociologia na Universidade de Reading, na Inglaterra. Sua experiência o fez se

interessar por questões do poder e tornou-o uma voz acadêmica vibrante e iconoclasta.

Andreski parece pensar ter inventado o termo “cleptocracia” em seu livro *Parasitism and Subversion: The Case of Latin America* [Parasitismo e subversão: o caso da América Latina], de 1966 (ele o chamou de um “neologismo autoexplicativo”). Embora não fosse uma palavra totalmente nova, ele deu a ela um sentido inteiramente novo. Em sua análise dos Estados sul-americanos, ele a usou para se referir à corrupção institucionalizada — o “uso ilegal do cargo público” —, mas não entrou em detalhes.⁴

Foi o livro de 1968 de Andreski, *The African Predicament* [A problemática africana, em tradução livre], que mostrou que ele estava analisando algo novo e preocupante. Descreveu um sistema no qual as classes dominantes das ex-colônias recém-independentes possuíam pouca ou nenhuma lealdade aos países para os quais trabalhavam, priorizando laços tribais ou familiares. Isso não era uma surpresa, já que potências coloniais haviam definido de maneira artificial as fronteiras de muitos desses países, e muitas vezes os cidadãos de um mesmo país tinham pouco em comum uns com os outros em termos de idioma, religião ou cultura. Conseqüentemente, servidores públicos usavam seus cargos para enriquecer a si e seus familiares em vez de desempenhar as funções que oficialmente lhes incumbiam. “Fabulosas quantias foram obtidas com concessões a empresas estrangeiras e fortunas foram feitas a partir da venda de terras pertencentes ao Estado”, escreveu ele. “A corrupção distorce toda a economia. Decisões importantes são tomadas com segundas intenções independentemente de suas conseqüências para a comunidade como um todo”.⁵

Ele reciclou a palavra cleptocracia para descrever essa situação, mas deu a ela uma definição mais precisa: uma situação na qual “o funcionamento dos órgãos oficiais é determinado pelos mecanismos de oferta e demanda em vez de pelas leis e pelos regulamentos”. Para

além dos rótulos escolhidos por governos recém-independentes, ele olhou para a essência de seus sistemas e teve uma revelação surpreendente: “um Estado cleptocrata”, argumentou, “constitui um modelo curiosamente generalizado de economia *laissez-faire*, mesmo que oficialmente se trate de uma economia socialista”.⁶

Ele foi criticado por sua avaliação das ex-colônias. Uma versão digitalizada da introdução do seu livro disponível online traz as palavras “basicamente racista e mal informado, não perca seu tempo” rabiscadas na página do título.⁷ Mas também havia leitores interessados que achavam que ele havia identificado uma questão importante. Entre eles estava Sinnathamby Rajaratnam, o ministro das Relações Exteriores da recém-independente Singapura, cujo governo sustentou uma plataforma rigorosamente anticorrupção. Rajaratnam, um antigo jornalista que havia trabalhado brevemente com George Orwell em Londres durante a Segunda Guerra Mundial, fez um pronunciamento em 14 de novembro de 1968 no qual pegou a palavra cleptocracia de Andreski (dando os créditos a “um sociólogo”) e definindo-a como “uma sociedade de corruptos, para os corruptos e pelos corruptos”.⁸

Rajaratnam descreveu como políticos outrora idealistas de outras ex-colônias asiáticas haviam gradualmente se tornado corruptos pelas posições que ocupavam, construindo casas maiores, tornando-se proprietários de negócios e comprando mais bens de luxo do que seu salário permitiria. “Esposas de burocratas eram vistas em funções oficiais vestindo joias reluzentes e vestidos que, em sociedades honestas, teriam imediatamente chamado a atenção de agentes do fisco”, disse ele.⁹

Como diplomata, ele foi cuidadoso em não criticar nenhum país em particular, mas é impressionante que ele tenha achado que o termo cleptocracia, que Andreski havia usado para fazer referência à África e à América Latina, também fosse tão relevante para países a milhares de milhas de distância. Rajaratnam e Andreski falavam de Estados com diferentes histórias e culturas políticas, em diferentes continentes

e em diferentes fusos horários e, no entanto, líderes e instituições haviam caído em armadilhas assustadoramente similares.

Corrupção desenfreada

É evidente, portanto, que, no final dos anos 1960, esse novo fenômeno de “patente corrupção no alto escalão” não era exclusividade de nações subsaarianas, mas algo mais universal. As similaridades entre as duas descrições iam além da palavra que usaram. Andreski e Rajaratnam descreveram estruturas quase idênticas: políticos gananciosos no topo e pirâmides de subordinados abaixo deles, cada camada praticando seu roubo. Para os cidadãos, isso significava que até mesmo a menor interação com o Estado tinha que ser facilitada por meio de um pagamento em dinheiro. “O leitor não deveria imaginar que todas as pessoas capazes de tal ato sejam monstros. O servidor de mais baixo escalão tinha dificuldade de andar na linha porque muitas vezes seus salários não eram pagos — às vezes atrasavam vários meses, às vezes simplesmente desapareciam”, escreveu Andreski.¹⁰ Os governantes desviavam grandes quantias no topo da pirâmide, o que significava que faltava ao Estado os recursos para pagar os empregados na base. Os servidores então complementavam seus salários cobrando propina dos usuários dos serviços públicos. O Estado havia praticamente se transformado numa máquina de extorquir dinheiro de seus cidadãos, para benefício de seus governantes.

Leonard Barnes, da Universidade de Oxford, era apenas um dos muitos autores que rapidamente adaptaram a palavra de Andreski para descrever esse fenômeno preocupante. Em seu livro *Africa in Eclipse* [África em eclipse], publicado em 1971, ele seguiu Andreski ao ignorar como os governos se descreviam e focar na natureza de suas ações. Anticolonialista declarado, ele se preocupava ao ver que líderes dos Estados recém-independentes haviam mantido as estruturas extrativistas de seus velhos governantes europeus, simplesmente adaptando es-

sas estruturas para beneficiar a nova elite governante. “Toda a energia e talento dos novos africanos é gasta imitando o desempenho de seus antecessores europeus. De fato, sentado na cadeira do novo governante africano está o próprio antecessor europeu, agora disfarçado de ‘conselheiro’”, descreveu ele.¹¹

Todos esses autores usaram a palavra “corrupção” junto com “cleptocracia”, então está claro que eles não consideravam os dois termos sinônimos. Andreski baseou-se em seu conhecimento de sua terra natal, a Polônia, para comparar o “aperto de mão socialista” (o pagamento de propina) com as práticas de corrupção em países como a Nigéria. A diferença, argumentou, é que “ninguém pode se tornar um milionário juntando dinheiro de propina” em um país comunista.¹² Os países do bloco soviético eram corruptos, mas não eram cleptocratas.

Isso significa que a cleptocracia era algo novo. Havia um novo impulso por trás da corrupção nas ex-colônias, fazendo com que funcionários do governo roubassem mais do que nunca. “Muitos deles haviam simplesmente transferido grandes quantias do tesouro para suas contas particulares”, escreveu Andreski, “mas a prática de receber uma porcentagem dos contratos públicos constitui a principal fonte de ganhos ilegais. Na Nigéria costuma-se cobrar 10% e, por essa razão, a expressão ‘dizimista’ é frequentemente usada para descrever qualquer pessoa ativa na política”.¹³

Não era possível esconder esse montante de dinheiro debaixo de colchão ou passá-lo de uma mão para outra durante um cumprimento. Processar uma quantia tão grande exigia que bancos aceitassem o dinheiro sem fazer perguntas — uma opção indisponível para os funcionários públicos da comunista Polônia — e uma maneira pela qual políticos pudessem usar esses fundos ilícitos para comprar bens de luxo. Andreski e Rajaratnam testemunhavam o que acontecia quando um sistema financeiro moderno, movido por tecnologias de comuni-

cação inovadoras, era introduzido em países sem sistemas legais bem desenvolvidos nem instituições robustas.

A cleptocracia, a forma superlativa de corrupção identificada por Andreski em 1968 e a palavra adaptada de Hunt para descrevê-la, é o lado obscuro da globalização. Finanças *offshore* são o que tornaram isso possível.

A origem das finanças *offshore*

Quando representantes dos Aliados se encontraram em Bretton Woods, em New Hampshire, em 1944, vislumbravam uma nova arquitetura financeira global que iria, entre outras coisas, reduzir a movimentação irrestrita dos fluxos financeiros internacionais. Durante várias semanas de negociações na bucólica área do resort, em uma conferência dominada pelo representante do Tesouro americano Harry Dexter White e pelo economista inglês John Maynard Keynes, representantes dos poderes aliados entraram em acordo em relação a um sistema de controle de capital. Eles culpavam a falta de controle sobre o fluxo de capital especulativo por desestabilizar a economia mundial nas décadas de 1920 e 1930, gerando as tensões que levaram à Segunda Guerra Mundial. Buscavam assegurar a paz mantendo o capital especulativo restrito às fronteiras nacionais e impedindo que países manipulassem suas taxas de câmbio para travar uma guerra comercial. Tais medidas, imaginavam eles, estabeleceriam as bases para um sistema financeiro internacional estável.

Keynes queria que uma nova moeda global assumisse o papel que o ouro havia desempenhado no controle das taxas de câmbio antes da Primeira Guerra Mundial (como os Estados Unidos detinham quase todo o ouro do mundo em 1944, o retorno ao padrão-ouro não era uma alternativa realista). Ele imaginava um elegante sistema autorregulado, supervisionado por tecnocratas do novo Fundo Monetário

Internacional (FMI), no qual a nova moeda se acumularia em lugares com superávit comercial, elevando a taxa de câmbio desses países — fazendo com que suas moedas e, portanto, suas exportações, ficassem mais cara aos outros países — até que um novo equilíbrio fosse estabelecido.

White, no entanto, não queria abandonar o novo papel do dólar americano como a principal moeda mundial e propôs atrelar as taxas de câmbio dos países ao dólar em vez de criar uma unidade monetária internacional. Governos estrangeiros manteriam suas reservas em dólar que, por sua vez, estaria atrelado ao ouro (uma onça sempre valeria 35 dólares). O mecanismo seria bastante similar àquele proposto por Keynes, mas seriam os representantes do Tesouro americano, e não o FMI, que desempenhariam o papel principal. Como os Estados Unidos eram praticamente o único país com boa saúde financeira no encontro de Bretton Woods, White conseguiu emplacar sua proposta.

O sistema de Bretton Woods exigia que o governo americano, cuja moeda doméstica havia se tornado o padrão internacional, desempenhasse o papel de árbitro neutro. O problema era que nem todos os governos estrangeiros confiavam nos Estados Unidos para isso. Nos primeiros anos do pós-guerra, o governo americano havia confiscado as reservas de ouro da comunista Iugoslávia; depois disso, aturdidos, os países do bloco do Leste passaram a manter seus dólares em bancos europeus em vez de em Nova York. Sinais adicionais levaram observadores a suspeitar de que os Estados Unidos, ao invés de agir de maneira neutra, explorariam sua posição financeira para fazer avançar sua política externa.

Sob o sistema de Bretton Woods, a libra esterlina, anteriormente a principal moeda do comércio internacional, foi relegada a uma posição de irrelevância cada vez maior à medida que as colônias se tornavam independentes do Império Britânico. A City¹ de Londres,

¹ Centro financeiro e histórico de Londres, localizado na Grande Londres.

antigo motor do império, abandonou progressivamente suas ambições de poder. A Inglaterra estava à época endividada por causa da guerra e do custo de reconstrução interna de sua sociedade ao mesmo tempo em que administrava o que havia sobrado do Império Britânico. Cambaleava de uma crise a outra. Em 1957, após a Crise de Suez, o Reino Unido aumentou de forma acentuada sua taxa de juros e restringiu o uso da libra para financiar o comércio internacional na tentativa de proteger sua moeda.

Sem libras, os bancos da City começaram a usar o dólar, provindos dos mesmos países do bloco do Leste que — desconfiando das intenções de Washington — haviam adotado os bancos europeus em vez de os de Nova York. Essa aliança acidental entre políticos comunistas e banqueiros da City acabou se mostrando altamente lucrativa. Nos Estados Unidos, havia limites sobre os juros que bancos podiam cobrar sobre empréstimos em dólares, e os bancos tinham que manter parte de seus depósitos nesta moeda em uma reserva para caso os empréstimos não fossem pagos. Os bancos londrinos não possuíam tais amarras. Os bancos haviam descoberto uma falha na arquitetura de Bretton Woods: se usassem dólar fora dos Estados Unidos, estariam fora do alcance dos reguladores americanos e os reguladores britânicos não se importavam com eles. Esses dólares apátridas — que se tornaram conhecidos como “eurodólares”, talvez por conta do endereço de telex “Euro” usado por um dos bancos soviéticos — conseguiam circular entre os países livremente, como nos velhos tempos. A quantia envolvida não era enorme comparada com o montante movimentado pelos bancos americanos em Nova York, mas crescia cerca de 30% ao ano. Londres havia finalmente encontrado uma nova fonte de receita.

Os bancos que usavam os novos eurodólares sem regulação mantinham dois sistemas paralelos de contabilidade. Um sistema registrava as transações normais, denominadas “*onshore*”, as libras submetidas aos controles de capital. O outro sistema registrava o novo e pirático

mercado de eurodólares. Essas transações foram chamadas de “*offshore*” — como se tivessem ocorrido fora das águas britânicas, onde a Inglaterra não tinha jurisdição sobre elas. Os dois tipos de transação ocorriam fisicamente no mesmo lugar — a City de Londres — mas, legalmente, uma delas ocorria em outro lugar. E essa ideia de *offshore*, de um ativo estar legalmente fora da jurisdição na qual ele está fisicamente presente, foi crucial para a gênese da cleptocracia.

Negociando eurodólares

Esse mercado *offshore* de eurodólares dava um novo sopro de vida na City de Londres do final dos anos 1950, mas não muito. Os grandes empréstimos continuavam sendo feitos em Nova York, para irritação dos banqueiros da City. Mesmo quando os europeus eram tanto os emprestadores como os tomadores do empréstimo, eram os bancos americanos que recebiam as comissões relativas à transação. Isso causava especial embaraço para um banqueiro em particular: Siegmund Warburg.

Warburg era alguém de fora do mundo da City. Foi Warburg que introduziu na Inglaterra o conceito de aquisição hostil, apesar da reprovação dos membros da City. Ele viajava bastante, estava incessantemente ampliando sua rede de contatos e, em 1962, soube por um amigo que trabalhava no Banco Mundial que havia 3 bilhões de dólares em circulação fora dos Estados Unidos. Warburg tinha confiança de que sabia onde encontrar parte importante desses 3 bilhões de dólares — na Suíça — e pensou se não conseguiria fazer melhor uso desse dinheiro.

Os suíços guardavam o dinheiro de estrangeiros em busca de sigilo desde pelo menos a década de 1920, quando a França elevou sua taxa máxima de imposto a 72%. Entre esse momento e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a quantia guardada na Suíça aumentou dez vezes,

chegando a representar 2,5% de toda a riqueza das famílias europeias (numa época na qual a economia do continente de maneira geral estava estagnada). Os clientes eram principalmente franceses e italianos evitando pagar seus impostos. Os bons tempos continuaram após a Segunda Guerra Mundial e, no começo de 1970, cerca de 5% da riqueza das famílias da Europa estava nas mãos de instituições suíças.¹⁴ Você enchia seu carro de dinheiro, dirigia até Zurique ou Genebra, entregava as notas a um caixa discreto e seguia com sua vida.

Para os banqueiros londrinos do início da década de 1960, isso era tentador: o dinheiro guardado na Suíça era exatamente o que eles precisavam para voltar a emitir títulos. Se pudessem de alguma forma ter acesso a esse dinheiro e emprestá-lo, estariam de volta à ativa. O sistema financeiro do pós-guerra, no entanto, estava no meio do caminho. Como Warburg conseguiria movimentar esse dinheiro da Suíça e emprestá-lo para clientes interessados, onde quer que eles estivessem? Ele reuniu dois de seus melhores homens e, em outubro de 1962, ordenou que fosse encontrada uma solução.

Ian Fraser, um herói de guerra escocês que virou jornalista e depois banqueiro, assumiu o desafio de Warburg, que ficaria conhecido como “Eurobonds”. Ele e seu colega Peter Spira tinham que encontrar maneiras de escapar do fisco e dos controles criados para prevenir a circulação de capital especulativo de curto prazo entre fronteiras e escolher a dedo diferentes aspectos das regulações dos países para aplicá-los aos vários elementos de sua criação. Após seis meses e uma persistência impressionante, eles conseguiram.

Se os títulos tivessem sido emitidos na Inglaterra, teriam sido taxados em 5%, então Fraser emitiu-os formalmente no aeroporto Schiphol, nos Países Baixos. Se os juros fossem pagos na Inglaterra, estariam sujeitos a outro imposto, então Fraser conseguiu fazer com que fossem pagos em Luxemburgo. Ele conseguiu convencer a Bolsa de Valores de Londres a listar os títulos, apesar de não terem sido

emitidos na Inglaterra, e conseguiu se esquivar dos bancos centrais da Inglaterra, Dinamarca, França, Países Baixos e Suécia, que estavam preocupados com o impacto dos Eurobonds sobre o controle de capital. A jogada final, que visava escapar de outra tributação, foi fingir que o tomador do empréstimo era a Autostrade — a empresa estatal de estradas da Itália — quando na verdade era a IRI, uma holding estatal italiana.

O efeito cumulativo desse contorcionismo jurisdicional foi que Fraser criou um título bastante conveniente capaz de ser convertido novamente em dinheiro em qualquer lugar, que pagava uma boa taxa de juros e não estava sujeito a nenhum tipo de tributação. Legalmente, os Eurobonds existiam essencialmente fora da jurisdição de qualquer governo; eram a expressão máxima do conceito de *offshore*. “O segredo [...] era que os títulos precisavam ser totalmente anônimos, cupons precisavam ser pagos sem qualquer dedução de impostos e os títulos no prazo de vencimento eram pagos integralmente sem questionamento”, escreveu Fraser posteriormente.¹⁵ Antes dos Eurobonds, a riqueza escondida na Suíça tinha pouco uso; mas agora ela era capaz de comprar esses papéis, que poderiam ser levados ou descontados em qualquer lugar pagando juros a seus donos livres de impostos. A riqueza havia sido libertada.

Quem, então, estava comprando a invenção mágica de Fraser? “Os principais compradores desses títulos eram indivíduos, normalmente do Leste Europeu, mas também da América Latina, que queriam ter parte de sua fortuna móvel para que, se tivessem que deixar seu país, sairiam rapidamente com os títulos numa mala pequena”, escreveu Fraser. “Ainda havia uma migração em massa das populações judaicas sobreviventes da Europa Central rumo a Israel e ao Ocidente. Além da migração normal das falidas ditaduras sul-americanas rumo a Leste. A Suíça era onde todo esse dinheiro estava escondido”.¹⁶

Os vendedores de Eurobonds não se importavam de onde vinha o dinheiro. O dinheiro de sonegadores de impostos, ditadores e refugia-

dos estavam todos juntos nos mesmos bancos, e todos esses correntistas compravam os mesmos instrumentos *offshore*. Os historiadores posteriormente calcularam que a maior parte do dinheiro pertencia a sonegadores europeus — mas o ponto importante é que qualquer um que escondesse dinheiro na Suíça, seja porque estavam assustados (refugiados judeus), mal-intencionados (empresários que não gostavam de pagar impostos) ou fossem simplesmente maus (ditadores), poderia se beneficiar das finanças *offshore* da mesma maneira. Esse é o segredo sujo no seio dos Eurobonds. A privacidade, a portabilidade e os lucros livres de impostos que atraíam dentistas na Antuérpia e banqueiros londrinos com informação privilegiada também atraíam nazistas em Buenos Aires e sobreviventes do Holocausto em Tel Aviv. Na Suíça, o dinheiro da sonegação de impostos se misturava com o dinheiro saqueado. O Eurobond era conveniente para qualquer um que quisesse esconder dinheiro, qualquer que fosse sua origem.

A primeira transação com Eurobond foi de 15 milhões de dólares, mas assim que o caminho foi aberto, não havia nada que impedisse a entrada de mais dinheiro. Na segunda metade de 1963, foram vendidos o equivalente a 35 milhões de dólares em Eurobonds. Em 1964, o mercado era de 510 milhões de dólares. O total ultrapassou um bilhão de dólares pela primeira vez em 1967, e os Eurobonds representam atualmente um dos principais mercados do mundo.¹⁷ E isso foi a sentença de morte do sistema de Bretton Woods.

Quando os dólares escapavam das fronteiras, eles conseguiam evitar regulações e impostos — incluindo as restrições de reserva e de taxa de juros dos Estados Unidos —, mas não deixavam de ser dólares e, portanto, 35 deles ainda valiam uma onça de ouro. Como os bancos podem emprestar mais dinheiro do que possuem em sua reserva, a quantidade de dólares que existia no papel (um montante que incluía os títulos) continuava a se multiplicar. E como todos eles valiam nominalmente uma quantidade determinada de ouro, os Esta-

dos Unidos teriam que continuar comprando cada vez mais ouro para satisfazer a demanda potencial. Mas Washington teria que pagar por esse ouro usando dólares, o que significava que teria que emitir ainda mais dólares, o que, por sua vez, exigiria comprar ainda mais ouro, e mais dólares, até que o sistema uma hora entrasse em colapso. Se Harry Dexter White tivesse dado ouvidos a John Maynard Keynes, e os delegados tivessem criado uma moeda internacional, isso nunca teria acontecido.

O governo americano tentou defender Bretton Woods, mas toda restrição fazia com que ficasse comparativamente mais interessante manter os dólares em Londres, fazendo com que mais dólares deixassem as fronteiras e, portanto, aumentasse a pressão sobre a convertibilidade do dólar em ouro. Aonde os dólares iam, os banqueiros iam atrás. Em 1964, onze bancos americanos possuíam filiais na City de Londres. Em 1975, eram 58. Naquele momento, no entanto, Washington havia aceitado o inevitável e parado de prometer trocar dólares por ouro a uma taxa de 35 dólares por onça. Foi o primeiro passo de um desmantelamento sistemático das salvaguardas criadas em Bretton Woods numa tentativa de proteger o mundo do capital especulativo de curto prazo.

Foi isso que alavancou a globalização e nos trouxe o lado obscuro da globalização: a cleptocracia.

Como a cleptocracia funciona e como detê-la

A City de Londres obviamente não inventou a corrupção. Sempre houve funcionários públicos corruptos. Mas graças aos novos canais financeiros abertos pelas transações *offshore*, os limites do possível para alguns desses funcionários públicos se expandiram radicalmente.

O caminho para a corrupção é: roube, depois gaste. O funcionário extorque o dinheiro, depois gasta em algo de seu interesse. Isso é

arriscado, no entanto, porque uma pessoa que gasta dinheiro pode ter que explicar a fonte desse recurso. Se a compra é obviamente desproporcional em relação a seu salário, as autoridades podem facilmente supor que haja um crime por trás do dinheiro. Funcionários da comunista Polônia aceitavam suborno, mas tomavam cuidado para não ostentar ao usar a renda extra, para que seus delitos não chamassem a atenção das autoridades. A City de Londres, ao inventar as finanças *offshore*, acrescentou um terceiro estágio ao processo e tornou a corrupção dinâmica. Os funcionários públicos ainda roubam o dinheiro e ainda o gastam, mas as finanças *offshore* permitem esconder as conexões entre os dois atos.

O caminho para a cleptocracia, portanto, é: roube, esconda e depois gaste.

A cleptocracia sempre envolve múltiplas jurisdições, por isso ela exigiu burlar os controles de capital de Bretton Woods para que pudesse existir. Os funcionários públicos podem roubar dinheiro na Nigéria, esconder a titularidade do dinheiro na Suíça e gastá-lo em Londres. Ou podem roubar na Guiné Equatorial, esconder nas Bahamas e gastá-lo em Paris. Roubar no Afeganistão, esconder em Dubai e gastar no Líbano. Venezuela, Panamá, Miami. O padrão é infinitamente replicável.

Os métodos usados para esconder as origens do dinheiro são limitados somente pela imaginação de advogados, banqueiros e contadores que fazem o trabalho. Na década de 1960, as contas bancárias anônimas eram obviamente úteis, bem como instrumentos ao portador como os Eurobonds, embora títulos ao portador sejam algo tão flagrante que têm se tornado ilegais em um número cada vez maior de países. Atualmente, os principais instrumentos são empresas de fachada em jurisdições que não mantêm registros sobre seus proprietários (seja em Nevada ou em Nevis), “trusts”² (na ilha Jersey ou em Dakota

2 Entidades criadas para administrar operações financeiras e bens de terceiros.

do Sul), fundações (em Liechtenstein ou Luxemburgo) e sociedades limitadas (na Escócia ou Nova Zelândia) — qualquer coisa que crie uma barreira entre um ativo e seu proprietário. Essas técnicas podem ser combinadas: um indivíduo com dinheiro sujo sobrando pode comprar um iate usando uma conta bancária na Suíça, que é controlada por uma fundação em Liechtenstein, que é administrada por uma sociedade limitada na Inglaterra, que é controlada por uma empresa em Belize, que é de propriedade de um trust nas Ilhas Marshall. O número de jurisdições que pode ser usado é praticamente ilimitado, e cada um ajuda a esconder a conexão entre o roubo e o gasto.

Qualquer discussão sobre se um país em particular é uma cleptocracia ou não, portanto, não faz sentido. A essência da cleptocracia é que ela é globalizada, não está confinada por fronteiras nacionais. Não faz sentido perguntar se a Rússia é uma cleptocracia. É mais oportuno examinar como as elites russas são parte de um sistema cleptocrático através do qual os desvios do orçamento público estão conectados, via sociedades limitadas escocesas e bancos da Moldávia ou da Letônia, ao mercado imobiliário de Londres. Para fugir do escrutínio de suas ações, funcionários públicos russos exploram desalinhamentos entre as regulações de diferentes países. Se uma empresa cipriota possui uma conta bancária na Letônia, as autoridades de cada um dos países – considerando que queiram investigar, o que não é garantido — é capaz de obter o entendimento apenas parcial das finanças daquela empresa, enquanto seu proprietário possui uma visão completa. Isso torna as ações investigativas para descobrir a titularidade de ativos registrados dessa maneira extraordinariamente complicadas. O caso que envolveu a recuperação de 6 milhões de dólares escondidos pelo ditador haitiano Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier se arrasta desde sua saída do poder, em 1986, e segue mesmo após a morte do ex-presidente.¹⁸

Algumas das análises mais detalhadas de como o *offshoring* funciona na prática aparecem nos relatórios do Subcomitê Permanente de Investigação do Senado dos EUA, particularmente aqueles que analisam os papéis dos bancos privados e *offshore* na lavagem de dinheiro das famílias dos governantes da Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria, entre outros países. Organizações não governamentais, especialmente a Global Witness e a Transparência Internacional, também produziram pesquisas fundamentais. Processos judiciais de várias jurisdições contra Frederick Chiluba (presidente da Zâmbia de 1991 a 2002), Pavlo Lazarenko (primeiro ministro da Ucrânia de 1996 a 1997) e Teodorin Obiang (o vice-presidente em exercício da Guiné Equatorial), bem como contra empresas que violaram as leis anticorrupção da Inglaterra e dos Estados Unidos confirmam o caminho fundamental da cleptocracia: roube, esconda, gaste.

O dano causado pela cleptocracia é evidente, e a necessidade de combatê-la é urgente. Ela empobrece países já pobres e tira de seus governos a vontade e a capacidade de agir. Esse esvaziamento da capacidade de Estado é uma porta de entrada para a disseminação de doenças, desnutrição e miséria em muitas partes do mundo. O dinheiro roubado da África subsaariana e da antiga União Soviética poderia ter salvado inúmeras vidas caso tivesse sido usado para combater a epidemia global de HIV, que ainda causa um sofrimento imenso em ambas as regiões. A cleptocracia também desperta o ódio público, manifestado por expressões tanto positivas como profundamente destrutivas. Esse ódio desencadeou as manifestações que deram início à Primavera Árabe, bem como a revolução ucraniana de 2014; também lançou jovens nos braços de grupos militantes violentos, como o Boko Haram. “O maior desafio ao futuro do Afeganistão não é o Taleban [...]. A grande ameaça à viabilidade de longo prazo do Afeganistão moderno é a corrupção”, disse o General John Allen, ex-comandante das forças internacionais no Afeganistão, em depoimento ao Comitê de Relações

Internacionais do Senado americano em 2014. “A insurreição ideológica, as redes patrimonialistas criminosas e o negócio das drogas formaram uma terrível aliança, cujo sucesso depende da captura criminosa de suas funções governamentais em todos os níveis”.¹⁹

Por que a transparência importa

O mundo nunca será capaz de eliminar a corrupção, mas combater a cleptocracia é urgente e possível. É vital bloquear o caminho que permite a governantes omitir a propriedade de recursos roubados e gastá-los impunemente. Há duas maneiras distintas, porém relacionadas, de fazer isso. Ambas dependem do aumento da transparência.

O primeiro caminho é Estados trocarem informações sobre os ativos pertencentes aos cidadãos de um país e mantidos por instituições financeiras de outro país. Governantes da Nigéria não estariam dispostos a guardar os recursos roubados na Suíça, por exemplo, se soubessem que informações sobre sua riqueza seriam repassadas de volta ao governo nigeriano. O Padrão de Declaração Comum (*Common Reporting Standard*) sobre informações financeiras desenvolvido em 2014, que a maioria dos países do mundo se comprometeu a adotar, é o primeiro passo nesse processo. No entanto, os Estados Unidos ainda não assinaram o acordo, preferindo adotar um padrão próprio estabelecido pela Lei de Conformidade Tributária de Contas Estrangeiras (FACTA, na sigla em inglês), aprovada em 2010. Ela não obriga Washington a fornecer a autoridades estrangeiras informações sobre ativos mantidos nos Estados Unidos por seus cidadãos, mas obriga outros países a fornecer tais informações sobre a renda estrangeira de cidadãos americanos. Esse descompasso já está atraindo ativos suspeitos para os Estados Unidos, e é fundamental que a disparidade entre os padrões dos Estados Unidos e internacionais seja resolvida o mais rápido possível.

O segundo caminho envolve tornar transparente a propriedade de estruturas corporativas que os cleptocratas usam para esconder seus ativos. Isso poderia exigir tornar públicas as informações relevantes ou permitir o acesso a elas por autoridades do Estado e investigadores autorizados. Até o momento, a grande maioria das jurisdições não publicam os verdadeiros proprietários ou beneficiários das empresas, *trusts*, fundações, sociedades limitadas ou outras estruturas registradas lá, e muitas nem mesmo guardam essa informação. Mesmo aqueles países que fazem ambas as coisas — como o Reino Unido — não verificam a informação fornecida ou exigem que tenha sua autenticidade reconhecida oficialmente antes de registrar a empresa. Isso permite que governantes corruptos — como o ex-presidente da Ucrânia Viktor Yanukovich (2010-14) — omitam a propriedade de ativos usando empresas aparentemente insuspeitas. Os Estados Unidos ainda não tomaram nenhuma medida significativa para tornar essas estruturas mais transparentes. Até mesmo o FBI é incapaz de determinar quem são os verdadeiros proprietários de empresas sediadas em estados norte-americanos com regulação frouxa nessa matéria, como Delaware, Nevada e Wyoming.

Combater a cleptocracia exigirá uma campanha global para coordenar as respostas de diferentes países e garantir que novas regulações acabem com as brechas legais existentes em vez de criar novas. Em 2016, o primeiro-ministro britânico David Cameron sediou um encontro anticorrupção em Londres que foi encerrado com a promessa de aumento da cooperação global contra a cleptocracia. Mas Cameron perdeu o posto pouco tempo depois, após o referendo britânico sobre o “Brexit”, e sua sucessora não demonstrou interesse em dar continuidade a sua iniciativa. Não apenas nenhum outro líder mundial assumiu seu lugar, como a administração Trump nos Estados Unidos eliminou regulações existentes que exigiam que empresas que lidam com recursos naturais publicassem seus pagamentos a autoridades estrangeiras.

Enfrentar as práticas financeiras pouco transparentes que possibilitam a cleptocracia mostrou-se uma tarefa difícil por diversas razões. Um obstáculo importante é que, como tem sido o caso desde o princípio das finanças *offshore*, não são apenas os cleptocratas que usam estruturas estrangeiras para esconder seus ativos.

Quando, em 2011, o governo americano propôs a troca de informações sobre contas bancárias de estrangeiros não residentes no país com seus respectivos países de origem, 25 membros do Congresso da Flórida (que possui um número particularmente alto de contas de estrangeiros não residentes) escreveram ao presidente Barack Obama em nome dos clientes bancários potencialmente atingidos se manifestando contrários à medida. “Eles estão preocupados”, dizia a carta, “com a possibilidade de que pessoas não autorizadas dos governos de seu país vazem suas informações bancárias para grupos criminosos ou terroristas, o que poderia resultar em sequestro ou outras ações terroristas contra eles ou membros de sua família”. As mesmas palavras poderiam ter sido usadas por banqueiros suíços sobre seus clientes judeus nos anos 1930.²⁰ Essa é uma objeção sincera, mas também foi cinicamente usada durante anos por banqueiros para esconder seus delitos. Os governos precisam encontrar uma maneira de oferecer um porto seguro a indivíduos com temores legítimos e, ao mesmo tempo, impedir aqueles que buscam usar o sigilo para esconder seus crimes.

Do mesmo modo, os sonegadores de impostos do Ocidente são tão atraídos por ferramentas que escondam sua fortuna como os cleptocratas. Os casos na Justiça contra clientes dos bancos suíços UBS e Crédit Suisse revelaram como americanos ricos se utilizaram de contas suíças tornadas anônimas por meio de estruturas corporativas nas Bahamas, Dinamarca e Liechtenstein para esconder seu dinheiro do fisco americano (IRS). Eles contrabandearam os recursos de volta aos Estados Unidos usando *travelers checks*, dinheiro em espécie e — em um caso inesquecível — diamantes escondidos em um tubo de pasta de dente.

Além de esconder dinheiro do fisco, esses arranjos financeiros secretos também escondiam as fortunas de futuros ex-cônjuges, potenciais credores, crianças e outros interessados. As origens do dinheiro poderiam ser mais embaraçosas que criminosas, mas não havia nenhuma diferença significativa entre esses subterfúgios e aqueles usados pelo repressivo e violento ex-presidente nigeriano Sani Abacha (1993-98), suspeito de estar por trás do roubo de mais de 4 bilhões de dólares.²¹

Da perspectiva do dinheiro, sonegadores de impostos, refugiados e cleptocratas são a mesma coisa. Todos são ameaçados por um movimento por mais transparência, o que ajuda a explicar por que defensores de todos esses três grupos fazem campanha contra uma ação coordenada. É dentro desse contexto que deve ser entendida a interferência de Vladimir Putin nas eleições americanas (bem como nas eleições na França, Alemanha e outros países). Seu governo não busca necessariamente enfraquecer os Estados Unidos ou a União Europeia, mas impedi-los de se unir para criar um sistema internacional coerente e unificado que possa expor e impedir os fluxos financeiros ilícitos da elite ligada ao Kremlin. Nesse sentido, Putin é um aliado de conveniência de ocidentais endinheirados que desejam sonegar os impostos ou da classe-média venezuelana tentando manter seu dinheiro em Miami e longe das mãos de seu governo corrupto: os passos necessários para combater as redes cleptocratas internacionais também exporiam a riqueza desses três grupos.

Quando os políticos em Washington, Londres e outros lugares colocam os interesses de seu país à frente de um esforço conjunto para expor o dinheiro sujo, estão contribuindo para a existência da cleptocracia. Mas o bem-estar de longo prazo dos países mais pobres do mundo e os interesses de segurança do Ocidente demandam uma abordagem diferente.

Em 1944, os Aliados tentaram conter a ameaça que um fluxo financeiro irrestrito representava à democracia e à paz mantendo o di-

nheiro dentro das fronteiras nacionais. Essa tentativa fracassou, e a globalização deslanchou, mas o dinheiro oculto ainda representa um importante perigo. A organização sem fins lucrativos Global Financial Integrity estima que, entre 2012 e 2014, “fluxos financeiros ilícitos” anuais vindos de países em desenvolvimento eram da ordem de cerca de um trilhão de dólares.²² Cada um desses dólares é um obstáculo à fiscalização democrática do fluxo da riqueza ilícita e, quanto mais tempo demormos, mais desses dólares haverá.

Notas

1. “Thieves, Ancient and Modern”, 29 dez. 1819. In: Leigh Hunt, *The Indicator*. Londres: Joseph Appleyard, 1822, p. 95.
2. “Ticket-of-Leave”. *Blackwood’s Edinburgh Magazine*, fev. 1857, p. 179.
3. Frederic J. Goldsmid, “On Journeys Between Herat and Khiva”. *Journal of the Royal United Service Institution*, v. 19, n. 80 (1875), p. 10.
4. Stanislav Andreski, *Parasitism and Subversion: The Case of Latin America*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1966, p. 62.
5. Stanislav Andreski, *The African Predicament: A Study in the Pathology of Modernisation*. Londres: Michael Joseph, 1968, pp. 93-94 e 108-109.
6. Andreski, *African Predicament*, p. 109.
7. <www.the-rathouse.com/2010/Andreski_on_Africa_Introduction.pdf>.
8. Sinnathamby Rajaratnam, “Bureaucracy versus Kleptocracy”. In: Arnold J. Heidenheimer (Org.), *Political Corruption: Readings in Comparative Analysis*. New Brunswick: Transaction Books, 1978, p. 547.
9. *Ibid.*, p. 548.
10. Andreski, *African Predicament*, p. 96.

11. Leonard Barnes, *Africa in Eclipse*. Londres: Gollancz, 1971, p. 22.
12. Andreski, *African Predicament*, p. 94.
13. *Ibid.*, p. 95.
14. Gabriel Zucman, *The Hidden Wealth of Nations: The Scourge of Tax Havens*. Chicago: University of Chicago Press, 2015, p. 20.
15. Ian Fraser, *The High Road to England*. Londres: Michael Russell, 1999, p. 262.
16. *Ibid.*, p. 262.
17. Kathleen Burk, “Witness Seminar on the Origins and Early Development of the Eurobond Market”. *Contemporary European History*, v. 1, n. 1 (mar. 1992), p. 71.
18. Ver “Jean Claude ‘Baby Doc’ Duvalier (Switzerland)”, Iniciativa para Recuperação de Ativos (StAR), Banco Mundial e UNODC. Disponível em: <<http://star.worldbank.org/corruption-cases/node/18515>>.
19. *A Transformation: Afghanistan Beyond 2014*, Comitê de Relações Internacionais do Senado, 113ª Legislatura, 30 abr. 2014 (depoimento de John Allen). Disponível em: <www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Allen_Testimony.pdf>.
20. O texto na íntegra está disponível em: <<https://posey.house.gov/uploadedfiles/irs-delegationletter-march3-2011.pdf>>.
21. David Smith, “Switzerland to Return Sani Abacha ‘Loot’ Money to Nigeria”. *The Guardian*, 18 mar. 2015. Disponível em: <www.theguardian.com/world/2015/mar/18/switzerland-to-return-sani-abacha-loot-money-to-nigeria>.
22. “Illicit Financial Flows to and from Developing Countries: 2005-2014”. Global Financial Integrity, abr. 2017, p. x. Disponível em: <www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2017/05/GFI-IFF-Report-2017_final.pdf>.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>